



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021-II

Processo Licitatório nº: 8.186/2020

Processo de Impugnação n.º: 2.180/2021

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021-II

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA (SIMPLES REMOÇÃO) para atender às necessidades da Subsecretaria de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nova Friburgo através de fabricante ou concessionária autorizada, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do edital.

IMPUGNANTE: JCB MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - CNPJ Nº: 16.850.663/0001-35

IMPUGNADO: EDITAL

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa JCB MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 004/2021-II.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 038, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 09 de janeiro de 2021, que cria a Comissão



Comissão de Pregão II

de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, a requerente visa impugnar o texto do item **6.1.2 – O produtor (fabricante) ou o concessionário (distribuidor) conforme a Lei Federal nº 6729/1979 (Lei Ferrari)** , “pela sua pertinência e justa medida, haja vista que o texto supramencionado restringe sim, a participação de empresas revendedoras/adaptadoras e suas respectivas representantes, permitindo apenas montadoras/distribuidoras/concessionárias,” alegando ainda que tal exigência é “excessiva e que prejudica a competitividade no certame em questão e fere princípios como da Legalidade e da Isonomia, comprometendo a lisura do processo licitatório.”



Comissão de Pregão II

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

08. Requer a Impugnante:

a) "que seja assegurado seu direito de igualdade de participação, em conformidade com a Lei 6.729/1979 "LEI FERRARI" e demais dispositivos mencionados no presente pedido.

Assim, requer, *Ex positis*, seja recebida o presente recuso, para que conhecido, seja analisado seu mérito e ao final seja **SUPRIMIDO** do edital, a seguinte exigência, por ser medida justa e razoável:

6.1.2 - O produtor (fabricante) ou o concessionário (distribuidor) conforme a Lei Federal nº 6729/1979 (Lei Ferrari)"

IV. DA ANÁLISE TÉCNICA

09. A análise técnica foi realizada pela Procuradoria Geral Municipal, através de Parecer Jurídico (cópia em anexo), cujo inteiro teor é parte integrante desta decisão, bem como o Complemento expedido pelo Subprocurador de Processos Administrativos (cópia em anexo) e a Decisão final exarada pela Secretaria Municipal de Saúde (cópia em anexo) através do Setor de Captação de Recursos, devidamente ratificada, pela Secretária Municipal de Saúde.

V. DA DECISÃO

10. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020 não obstante, em primeira análise, este pregoeiro ter entendido pela alteração do instrumento convocatório, após análise e parecer jurídico expedido pela d. Procuradoria Municipal, acolhido na íntegra pelos



Comissão de Pregão II

responsáveis pela elaboração do termo de referência e ratificado pela autoridade superior que designou este pregoeiro, os quais presume-se que detém a expertise para tal, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa JCB MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, no processo licitatório referente ao Edital PREGÃO ELETRÔNICO n.º 004/2021, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO** devendo, no entanto, de forma a não restar dúvidas acerca do objeto pretendido, o edital ser aprimorado, fazendo-se constar informações objetivas no termo de referência, qual seja, aquisição de **"veículo novo"** e "veículo 0 (zero) quilometro" em consonância aos esclarecimentos trazidos aos autos pela d. Procuradoria, fundamentado no disposto no anexo da Deliberação nº 64/2008 do Contran c/c a Lei Federa nº 6.729/1979.

Nova Friburgo, 16 de março de 2021.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
PROCURADORIA GERAL**

Processo: 2347/2021

Recorrente: J.C.B. Máquinas e Equipamentos Eireli - EPP

Assunto: Impugnação Edital - Processo Licitatório nº 8168/2020

PROCESSO Nº 2347/21

JAT

Folhas Nº 41 rubrica

À Secretaria Municipal de Saúde;

Trata-se de Impugnação ao Edital, referente ao Pregão Eletrônico nº 04/2021, que tem por objeto a aquisição de ambulância para simples remoção para atender as necessidades da Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo.

Primeiramente, cumpre ressaltar que o presente feito foi remetido à assessoria jurídica nesta data, qual seja, **12/02/2021**.

Em síntese, a Impugnante requer seja excluída do certame a exigência do enquadramento das empresas participantes à Lei Federal n. 6.729/79 (Lei Ferrari), conforme se extrai do item 6.1.2, que dispõe sobre a possibilidade de participação na licitação das empresas que sejam fabricantes ou concessionários distribuidores, uma vez que tal exigência violaria, dentre outros, o Princípio da Competitividade, restringindo a participação de empresas do ramo no procedimento licitatório.

A Comissão de Pregão II, em manifestação de fls. 28/29, conheceu da Impugnação, uma vez tempestiva e entendeu como procedentes as razões apresentadas pela empresa, opinando pela alteração do edital.

Ato posterior, a Secretaria Municipal de Saúde verificou que o opinamento da Comissão de Pregão é divergente dos opinamentos já anteriormente exarados pela Procuradoria Geral do Município, remetendo os autos à esta especializada para parecer conclusivo.

Pois bem. Preliminarmente, cumpre lembrar que no caso do Pregão Eletrônico, o prazo para protocolar o pedido de Impugnação é de até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, conforme disposto no art. 24 do Decreto nº 10.024/2019 e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação, na forma do §1º do mesmo artigo supracitado.

A Impugnação feita pelo licitante dentro do prazo estabelecido pela Lei, não o impedirá de participar do processo de licitação até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. No caso de acolhimento ao pedido de impugnação contra o edital, a Administração definirá e publicará nova data para realização do certame licitatório.

No caso em apreço, a pasta responsável pela realização do certame verificou que há entendimento divergente acerca da matéria entre órgãos da mesma Administração, tendo em vista que a Comissão de Pregão entendeu por acatar as



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
PROCURADORIA GERAL

ATA
Folhas Nº 42 Rubrica

razões apresentadas pela Impugnante e a Procuradoria Geral do Município ter entendimento diverso.

Com efeito, em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Saúde, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca da matéria e, após, encaminhar à referida secretaria para julgamento e decisão final.

No caso em tela, s.m.j., não assiste razão à Impugnante, merecendo ser reformada a decisão da Comissão de Pregão II para que se mantenha a exigência prevista no Edital, pelos fundamentos narrados a seguir.

De acordo com o Edital (Anexo I – Termo de Referência), a descrição do objeto é:

“Aquisição de veículo furgão original de fábrica, 0 (zero) km, adaptada para ambulância de simples remoção.

Além disso, consta nos subitens 13.11 e 13.14 do Termo de Referência como obrigações da contratada a entrega dos veículos zero quilômetro com o Licenciamento Veicular – CRLV em nome do Fundo Municipal de Saúde de Nova Friburgo, devendo ser entregues já emplacados em nome do Fundo:

“13.11. Fornecer os veículos Zero quilômetro, com duas chaves e Certificado de Registro, com o Licenciamento Veicular – CRLV em nome do Fundo Municipal de Saúde de Nova Friburgo, registrado no DETRAN e com os Manuais do Proprietário, de Manutenção e de Garantia”;

“13.14. Os veículos deverão ser entregues já emplacados, (...) devidamente registrado no DETRAN – CATEGORIA OFICIAL – PLACA MERCOSUL em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA FRIBURGO, CNPL nº 11.399.442.0001/79 no endereço Av. Alberto Braune – nº 225 – Centro – Nova Friburgo.”

Conforme pareceres anteriores desta especializada, em pesquisa acerca do tema, verifica-se que a definição de veículo novo adotada pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97), pelo CONTRAN e pelos órgãos Estaduais



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
PROCURADORIA GERAL

PROCESSO Nº 2347121
Folhas 43 rubricadas

de Trânsito (DETRAN RJ e outros) deve se pautar pela definição da Lei Ferrari (Lei n. 6.729/79), conforme entendimento da GCU¹:

“Art. 120. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semirreboque, deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no Município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da Lei.”

“**Deliberação CONTRAN nº 64**, de 24 de maio de 2008: Anexo 2.12 – “**VEÍCULO NOVO**”. – veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiro, reboque e semirreboque, **antes do seu registro e licenciamento.**”.

“No Ofício nº 0293/2011/GRCV/RENAVAM/DT/AME, de 02 de junho de 2011, informa que **veículo novo (zero quilometro) é aquele adquirido através de fabricante/montadora, concessionária ou revendedor autorizado**, sujeito a regras impostas pelo Código de Transito Brasileiro - CTB”. Como deixa claros os DETRAN dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, Maranhão e Manaus, **o primeiro emplacamento só pode ter origem em duas situações: (i) aquisição do veículo ao fabricante: e (ii) aquisição do veículo ao concessionário.** Fora dessas situações, o emplacamento já não será de um veículo novo, mas seminovo.

E a razão disso é muito simples. Como a venda do veículo novo somente pode ser efetuada por concessionário ou fábrica a consumidor final, e este, nos termos do art. 120, do CTB, tem a obrigação de registro o veículo perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no Município de seu domicílio ou residência, **a conclusão irrefutável é de que o veículo que, adquirido da concessionária, é revendido somente se transferido ao novo comprador após o seu registro e licenciamento.** Assim, **aquele que pretende revender um veículo adquirido de uma concessionária tem a obrigação de, primeiramente, registrar e licenciar o veículo em seu nome, e, somente após essa providencia, repassá-lo a um terceiro, através do preenchimento do recibo de transferência – quando o veículo, obviamente, não**

¹ Pedido de Esclarecimento n. 02 – PE n. 01/2014: http://www.cgu.gov.br/sobre/licitacoes-e-contratos/licitacoes/tipos/pregao/exercicios-antiores/2014/pregao-no-01-2014/pedido-de-esclarecimento-02/@@download/file/pregao_01_pedido_de_esclarecimento_02.doc



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
PROCURADORIA GERAL

23/05/21
JAT
Folhas N. 44-45-46-47

será mais considerado novo (tudo isso foi explicado ao Pregoeiro através da Nota de Esclarecimento).”

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no processo TCE-RJ n. 207.413-7/19², enfrentou a questão, acolhendo a análise elaborada pelo Corpo Técnico, com fundamento no disposto no Anexo da Deliberação n. 64/2008 do Contran c/c a Lei Federal n. 6.729/79, bem como no entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), tendo concluído que a “Lei Ferrari”, ao disciplinar a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos, veda a venda de veículos novos para revendas:

“Inicialmente cabe destacarmos que o objeto da licitação visa aquisição de veículos novos, do tipo zero km. O conceito de veículos novos se encontra disciplinado no anexo da Resolução do CONTRAN n° 290, de 2008, sendo aqueles sujeitos ao primeiro emplacamento. Deste modo, o veículo passa ser usado a partir do momento em que é registrado e licenciado para circulação.

De acordo com o esclarecimento prestado pela Prefeitura, a nota fiscal do veículo deverá ser emitida em seu nome, o que só é possível se o licitante vencedor for o fabricante e/ou concessionária.

De fato, a Lei 6.729/79, conhecida como “Lei Ferrari”, ao disciplinar a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos, veda a venda de veículos novos para revendas, sendo seu público alvo apenas o consumidor final, conforme segue:

“Art. 12. O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda.”

Desta forma, caso a Administração permita a participação de revendas não detentoras de concessão comercial das produtoras, a Administração não seria a consumidora final, fugindo da definição de veículo novo.”

O Tribunal de Contas da União (TCU) também enfrentou a questão por meio do Acórdão 1630/2017-TCU-Plenário, fundamentado na análise da unidade técnica nos autos do Processo TC 009.373/2017 – que diligenciou o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) com vistas ao saneamento das questões

² Processo nº 207.413-7/19, Relator RODRIGO MELO DO NASCIMENTO, GC-7, em 22 / 05 / 2019.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
PROCURADORIA GERAL**

2347121
Folhas N° 45 rubrica 4

atinentes à conceituação de veículos “novos” e “0 (zero) km” –, tendo concluído **no sentido de que o primeiro emplacamento somente pode se dar quando da aquisição de veículo junto ao fabricante ou lojas de revenda formalmente credenciadas pelos fabricantes:**

“36. O Contran, por sua vez, em resposta à diligência solicitada (peça 34), encaminhou Ofício 2.134/2017, datado de 5/7/2017, informando:

a) nos casos em que há aquisição de veículo “zero quilômetro” é necessário o emplacamento do veículo por parte da revenda não autorizada (em seu nome, com posterior transferência) ou o veículo terá seu primeiro registro nos órgãos de trânsito em nome da Administração Pública?

Resposta: O veículo deverá ser registrado em nome da pessoa jurídica que consta da nota fiscal emitida pela fabricante/concessionária do veículo. **Assim, esclarecemos que o veículo deverá ser emplacado e registrado pela revenda não autorizada junto ao órgão executivo de trânsito.**

b) o veículo “zero quilômetro” adquirido de revenda não autorizada poderia ser considerado como “de segundo dono”?

Resposta: Sim.

c) caso haja registro em nome da revenda não autorizada, o veículo deixa de ser “zero quilômetro” ou “novo”, apenas em razão do registro?

Resposta: O simples fato de o veículo ser registrado em nome da revendedora não retira a característica de veículo “zero quilômetro”. **Todavia, a partir do momento em que o veículo sai da fabricante/concessionária (ou revenda autorizada) deixa de ser um veículo novo.**

37. Diante dos esclarecimentos encaminhados pelo Contran, e resgatando a análise efetuada na instrução anterior (peça 30), replicada nos itens 9-21 desta instrução, resta elucidada o cerne da questão, qual seja, saber se há necessidade de emplacamento por parte dos revendedores independentes. De acordo com o Contran,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
PROCURADORIA GERAL

os veículos, objetos do certame, deverão ser emplacados e registrados pela revenda não autorizada junto ao órgão executivo de trânsito.

38. Dessa forma, os argumentos apresentados pelo Senac/SP possuem razoabilidade, no que concerne à impossibilidade de revenda não autorizada de veículos novos, pela prevalência da Lei 6.729/1979 (Lei Ferrari), posto que, segundo seus art. 1º e 2º, veículos novos somente podem ser comercializados pelo produtor (fabricante) ou por concessionário (distribuidor).

39. Também se deve considerar consonante com a lei, pois devidamente ratificado pelo Contran, que as empresas comerciantes de veículos ficariam caracterizadas como consumidores finais, uma vez que, por não serem concessionárias autorizadas, nem fabricantes, seriam obrigadas a registrar, licenciar e emplacar os veículos obtidos de fábricas/concessionárias autorizadas.

40. Diante disso, de acordo com a Lei Ferrari, uma concessionária não autorizada, se eventualmente vencedora do certame em análise, estaria revendendo veículos seminovos, ou “de segundo dono”, mesmo que “zero quilômetro” ao Senac/SP, o que, definitivamente, não é o objeto buscado pela Concorrência 11.211/2017.”

Sendo assim, ao adquirir os veículos, as empresas não enquadradas como fabricantes ou concessionárias terão que registrá-los em seu nome para somente depois efetuar as adaptações para ambulância e transferir ao Município, quando então os veículos não mais terão a condição de zero quilômetro, de acordo com o entendimento do TCE-RJ e TCU expostos acima.

Isso porque o critério utilizado para determinar se o veículo é zero quilômetro ou não é o primeiro emplacamento (e não o fato de ser adaptado).

Ademais, as licitações não são regidas somente pelo princípio da economicidade e critério de menor preço, mas também pelos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, motivo pelo qual o edital e a legislação pertinente devem ser observados em sua integralidade.

Portanto, entende esta especializada pela manutenção da exigência prevista no edital, prevalecendo a Lei 6.729/1979 (Lei Ferrari) e a jurisprudência do TCE-RJ



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
PROCURADORIA GERAL**

PROCESSO Nº 2347/21
Folhas Nº 44 - rubrica

e do TCU, segundo a qual veículos novos somente podem ser comercializados pelo produtor (fabricante) ou por concessionário (distribuidor).

É o opinamento, não vinculativo, o qual remete à análise superior.

Nova Friburgo, 12 de fevereiro de 2021.

Karla Salles Gomes
Karla Salles Gomes
Ass. de Nível Superior II
Procuradoria Geral do Município
Matrícula ° 72.201

Processo nº 02347/2021

Requerente: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Impugnação de edital

À Secretaria de Saúde,

Em complemento às considerações já esposadas pelo parecer da Ilma. Assessora Jurídica, as quais ratifico inteiramente, passa-se às seguintes.

Conforme a deliberação nº 64/2008 do Conselho Nacional de Trânsito (CNT), pode-se definir veículo novo como “*veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semi-reboque, antes do seu registro e licenciamento*”. A aquisição de veículos novos tem de observar a caracterização normativa do CNT, além dos requisitos técnicos especificados no termo de referência.

O fato de o procedimento licitatório ter se iniciado em 2020 e perdurar em 2021 não impede, com efeito, que seja adquirido um veículo produzido no ano de 2020, desde que atendido os requisitos técnicos e normativos que definem as ambulâncias como “veículo novo”.

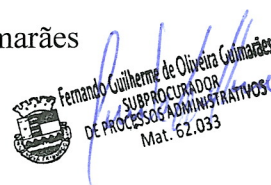
Trata-se de pequeno esclarecimento, a fim de melhor assegurar que a contratação prime pela opção mais vantajosa para a Administração Municipal.

Nova Friburgo, 18 de fevereiro de 2021

Fernando Guilherme de Oliveira Guimarães

Subprocurador Administrativo

Matrícula 62033





Ao Pregão II,

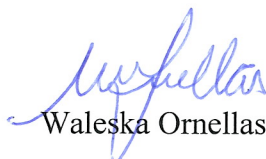
Nº Proc. 002347121
Rubrica 18 Folha 49

Considerando a impugnação imposta pela empresa J.C.B. Máquinas e Equipamentos Eirelli – EPP.

Considerando o parecer acostado aos autos em folhas nº. 34 á 41 emitido pela Procuradoria Geral do Município, o qual opina pela manutenção da exigência prevista no edital, não assistindo razão a empresa.

Remetemos o presente processo a fim de prosseguimento do trâmite licitatório estando esta Secretária de acordo com o parecer emitido.


Sem mais, para prosseguimento.


Waleska Ornellas

Captação de Recursos

Mat. 107.052

De acordo :


Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária de Saúde

Mat. 106.137